



COMO DAR A VOLTA A ISTO?

A INTERVENÇÃO SINDICAL E OS DIREITOS DOS TRABALHADORES

1. A crise em que vivemos, é uma crise global, económica, financeira e com uma enormíssima dimensão social.

A OIT prevê que os níveis de emprego anteriores à crise levem seis a oito anos a retomar. Mais de 210 milhões estão no desemprego, 1,5 biliões de trabalhadores sofrerão uma forte erosão salarial. Entre 55 a 90 milhões de pessoas passarão à condição de pobreza e mais de um bilião sofrerão de fome crónica em todo o mundo.

Na U.E. só no primeiro trimestre de 2009, na Zona Euro, foram destruídos quase 2 milhões de empregos. Portugal foi o segundo país onde se destruiu mais emprego. Mais de 680 mil trabalhadores declaram-se desempregados, a precariedade e os baixos salários continuam em alta.

2. Quatro anos e meio de poder absoluto do governo Sócrates e de reforço do poder patronal, permitiram todos os abusos, degradaram os serviços públicos e acentuaram todas as injustiças e desigualdades. O governo Sócrates produziu um forte choque social. Alterou o regime da Segurança Social para reduzir a protecção social a uma assistência caritativa, diminuiu o valor das pensões futuras e aumentou a idade da reforma. Impôs um Pacote Laboral que precariza e degrada as relações de trabalho e põe em causa a dimensão colectiva do trabalho – contratação colectiva e as organizações colectivas dos trabalhadores - . Impôs novas regras para os contratos individuais na Função Pública, privatizando e fragilizando o vínculo público. Atentou contra a escola pública, dividiu e tende a proletarizar a classe docente, degradou conscientemente a qualidade do ensino.

Permitiu o recurso ao Lay-off (suspensão temporária do contrato de trabalho) à generalidade das empresas, muitas das quais não cumprem a legislação prevista para esta situação, já que continuam a obter lucros, mas de forma abusiva usam este mecanismo, e os recursos públicos, ao mesmo tempo que provocam quedas nos salários na ordem dos 0,4%. Um verdadeiro “regabofe” para o patronato.

Os Despedimentos Colectivos subiram em flecha e continuam a ser uma ameaça para milhares de trabalhadores. Nos primeiros quatro meses de 2009 foram despedidos colectivamente 1790 trabalhadores, o dobro de igual período em 2008.

O flagelo dos Salários em Atraso está presente no “não fim do mês” de cada vez mais trabalhadores.

Promoveu a precarização da vida e do trabalho e permitiu a prepotência patronal. O modelo de desenvolvimento liberal tornou-se um pântano.

3. A crise do sistema capitalista colocou em causa o liberalismo e os seus valores. O “medo social” tolhe a luta. O espectro do desemprego e da precariedade atinge transversalmente a sociedade. Os jovens são os mais atingidos, a individualização das relações laborais e a difusão de relações contratuais incertas e temporárias,



fazem o seu modo de vida.

Esta crise societal e de vida, contamina a vida colectiva, a representação colectiva dos trabalhadores e os Sindicatos e as CT's, já de si fragilizados, são também fruto do ataque à negociação e contratação colectiva.

4. Ao longo do século XX o movimento sindical baseou toda a sua acção e poder de organização, na estabilidade dos contratos de trabalho dos assalariados. No entanto, a situação laboral e social nas empresas e sectores de actividade mudou. Há que mudar e afirmar novas políticas, novas alternativas e novas formas de fazer sindicalismo.

O modelo de sindicalismo imposto pelo PCP para o movimento sindical está esgotado. A política de "correia de transmissão" e de calendarização partidária das lutas afasta a participação dos trabalhadores e desgasta o movimento laboral.

Fazer diferente e resistir perante quem pretende fazer vergar aos ditames do código de trabalho e do mercado, pôr em causa os direitos do trabalho, alargar o "medo social" e o individualismo, é um trabalho que temos pela frente. Desenvolver a cultura colectiva, unitária, democrática em que os trabalhadores participem, afirma uma postura política e sindical alternativa que temos que continuar a levar a cabo.

As últimas eleições para alguns Sindicatos e CT's fundamentam o caminho de que um sindicalismo alternativo é possível e que o sindicalismo não tem, nem pode ficar amarrado às políticas de «correia de transmissão» partidárias. Queremos um sindicalismo mais politizado e menos partidarizado.

5. As recentes eleições no Sindicato dos Professores do Norte, do SPGL e do SPM, no seio da FENPROF e do SITAVA, da coordenadora das CT's da Banca, bem como de inúmeras CT's, colocam aos militantes do Bloco a responsabilidade de afirmar uma alternativa laboral e sindical, solidificada na alternativa política e social, na solidariedade contra o individualismo, na democracia, na participação e no exercício do direito de tendência nos sindicatos.

Essa intervenção deve ser desenvolvida no quadro de pluralidade e democracia do movimento, afirmando aí as alternativas políticas. Tanto nos Sindicatos quanto nas Comissões de Trabalhadores como noutros Movimentos Sociais.

Nos Sindicatos devemos bater-nos por mais democracia, respeito pelo direito de tendência, "desblindagem" dos estatutos, introduzindo o método de Hondt em todas as eleições sindicais, abrindo a possibilidade efectiva de apresentação de diversas listas para as direcções e restantes órgãos, bem como para os delegados sindicais. Devemos ainda bater-nos pela sua abertura não só a trabalhadores com vínculo estável, como aos trabalhadores com vínculo precário e aos trabalhadores desempregados, condição para garantir a sua afirmação. É fundamental afirmarmos um movimento sindical de banda larga, onde o activismo social está presente na luta pela inclusão e afirmação de cidadania.

6. A refundação do sindicalismo de classe como representação democrática é a condição para enfrentar o social-liberalismo no campo dos direitos sociais. Um sindicalismo representativo, unitário, democrático deve



ter o seu principal impulso na renovação a partir da base.

É preciso abrir a via para o aparecimento de novos activistas, mais próximos dos trabalhadores, que aproxime os jovens do sindicalismo e duma participação mais activa nas eleições para as direcções sindicais e delegados sindicais ao nível da empresa ou do sector.

7. As recentes mega-manifestações convocadas pela CES, em especial a de Madrid contra o desemprego, onde esteve a CGTP e a de Berlim por maior justiça social na U.E. em que aderiram a Confederação de Sindicatos Alemães, o movimento anti-globalização ATTAC e várias organizações de desempregados sob o lema “combater a crise, pacto social para a Europa, os causadores que paguem a crise”, indicam o caminho colectivo que há a seguir.

A dimensão da crise mundial necessita, ao nível do trabalho, da construção de laços de solidariedade, no plano nacional, europeu e mundial, de afirmação de um sindicalismo de banda larga que afirme politicamente uma alternativa à barbárie social, pelo socialismo.

8. Os militantes e simpatizantes do Bloco de Esquerda, activistas e dirigentes laborais e sociais consideram que a batalha das legislativas, deve ser considerado um momento de afirmação de políticas alternativas, da necessidade de conquista de novos direitos, face ao social-liberalismo do governo Sócrates, em que as políticas da direita se revêem. É preciso dar a volta a isto!

Assim, dão o seu apoio às políticas socialistas do Bloco de Esquerda e declaram a necessidade de termos no Parlamento, deputados e políticas de Esquerda em favor da valorização e dignificação do trabalho e dos seus direitos.



“Medidas para responder à crise”

O Encontro de Trabalho “Sindicalismo, os Códigos de Trabalho e os Direitos dos Trabalhadores”, coloca no quadro da batalha das legislativas, as seguintes reivindicações de luta:

1. A criação de emprego e a redução da precariedade, com a recuperação dos direitos dos trabalhadores e a revogação dos Códigos do Trabalho.
2. Alteração à lei do Subsidio de Desemprego para permitir que todos os desempregados a ele tenham acesso e aumentando o período de concessão e o respectivo valor.
3. Aumento do Salário Mínimo para 600 ₣.
4. Juros bonificados para os desempregados.
5. Redução gradual do Horário de Trabalho sem perda de direitos nem salário, até às 35 Horas semanais.
6. A redução da pobreza, com aumento extraordinário das Pensões e a convergência das Pensões mínimas em relação ao salário mínimo nacional.
 - Direito à reforma por inteiro aos 40 anos de descontos.
 - Direito à reforma aos 55 anos para os trabalhadores em turnos, sem penalização, por ser um regime laboral de desgaste rápido.
7. A reorientação do investimento público para a prioridade da reabilitação urbana.
8. Recuperar e desenvolver o Serviço Nacional de Saúde.
9. Uma reforma profunda para criar justiça fiscal.
- 10 Uma política de mobilização e utilização racional dos recursos escassos, com a nacionalização da energia.
11. A defesa do sector da economia social.
12. A subordinação da banca a políticas públicas de crédito.
13. Uma nova estratégia para resolver a crise do défice orçamental.
14. Uma política europeia para responder à recessão: chumbar o Tratado de Lisboa e promover a coordenação económica para o emprego.